

O POVO BRASILEIRO E O PAPEL DO NEGRO ESCRAVIZADO NA FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

O POVO BRASILEIRO AND THE ROLE OF THE ENSLAVED BLACK IN THE FORMATION OF BRAZILIAN IDENTITY

César Henrique Silva Diniz¹
(PPGD/UFGM)

Henrique José da Silva Souza²
(PPGD/UFGM)

Resumo

Este artigo aborda o papel do negro, traficando e escravizado, na formação da identidade brasileira em *O Povo Brasileiro*, de autoria do sociólogo brasileiro Darcy Ribeiro. Por se tratar de uma obra rica e abrangente, não se pretende esgotar o tema. Miscigenação, na obra que aqui se estuda, é aspecto determinante na formação da identidade brasileira. A miscigenação do negro escravizado com o europeu, com o indígena e com o brasilíndio (resultado da miscigenação entre indígena e homem branco) foi um processo forçado, dependente de dois fatores, a

saber: transfiguração étnica e desculturação. Apesar de violenta e opressiva a miscigenação contribuiu para a formação de uma identidade brasileira única, que, embora plural, é, ao mesmo tempo, homogênea. O negro escravizado, em *O Povo Brasileiro*, conseguiu preservar diversos aspectos da sua cultura originária, recriando-a e a integrando na cultura que já se desenvolvia em terras brasileiras quando aqui desembarcou.

Palavras-Chave

Escravidão. Identidade. Miscigenação. Desculturação. Darcy Ribeiro.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD-UFGM), bolsista CAPES. Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFGM). ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0884-9136> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8643844081609944> Contato cesarhsdiniz@yahoo.com.br

² Programa de Pós-Graduação Doutorado em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais. Superintendente de Relacionamento com os Órgãos de Controle Externo da Secretaria de Estado de Casa Civil do Estado de Minas Gerais. ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-0884-9136> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2993814096086191>

Abstract

This article addresses the role of the black population, who were trafficked and enslaved, in shaping Brazilian identity in "O Povo Brasileiro" by Brazilian sociologist Darcy Ribeiro. As this is a rich and comprehensive work, the intention is not to exhaust the topic. Miscegenation, in the studied work, is a determining aspect in the formation of Brazilian identity. The forced miscegenation of enslaved black individuals with Europeans, indigenous people, and "brasilíndio" (the result of the mixture between indigenous and white individuals) was a process dependent on two factors:

ethnic transfiguration and deculturation. Despite being violent and oppressive, miscegenation contributed to the formation of a unique Brazilian identity that, although plural, is simultaneously homogeneous. The enslaved black population in "O Povo Brasileiro" managed to preserve various aspects of their original culture, recreating and integrating it into the culture that was already developing on Brazilian soil when they arrived.

Keywords: slavery, identity, miscegenation, deculturation, Darcy Ribeiro.

Introdução

A obra *O Povo Brasileiro*, escrita pelo antropólogo Darcy Ribeiro, aborda a formação da identidade nacional brasileira, trazendo à tona diversos elementos que contribuíram para a construção dessa identidade única. Entre esses elementos, destaca-se o papel fundamental dos negros escravizados no processo histórico de formação do Brasil.

Segundo Ribeiro, a sociedade brasileira foi formada a partir de três matrizes étnicas: a indígena, a europeia e a africana (Ribeiro, 1995, p. 260). A miscigenação racial é um dos traços mais marcantes da nação que emergiu no período pós-colonial, e essa mistura étnica desempenhou um papel fundamental na formação do povo e da identidade nacional brasileira (Ribeiro, 1995, p. 22).

Essa miscigenação não se limitou apenas à esfera biológica, mas também teve implicações culturais e sociais. A interação entre diferentes grupos étnicos criou

uma realidade sociocultural, em que elementos da cultura africana, indígena e europeia se entrelaçaram e se transformaram em

O esforço de Darcy Ribeiro é o de ressaltar que, apesar de toda a opressão, os negros escravizados contribuíram significativamente para a formação da cultura e da identidade brasileira

uma síntese peculiar: a cultura brasileira (Ribeiro, 1995, p. 260).

No entanto, é importante observar que essa miscigenação não ocorreu de forma igualitária. A sociedade brasileira foi marcada por profundas desigualdades e hierarquias raciais, nas quais o negro escravizado ocupava a posição mais baixa. A miscigenação, muitas vezes, estava associada à violência e à dominação, refletindo a estrutura hierárquica da escravidão.

A presença dos africanos escravizados foi uma das principais bases da formação social, cultural e econômica do Brasil. Durante séculos, milhões de africanos foram trazidos à força para o país, submetidos a um regime brutal de escravidão e atuando como a principal força de trabalho de tudo o que se produziu aqui e de tudo que aqui se edificou. Essa experiência forjou uma realidade complexa e peculiar, que deixou marcas profundas na identidade brasileira.

Desde a época colonial, os negros escravizados desempenharam um papel central na economia do Brasil, especialmente na produção de açúcar, tabaco, café e outros produtos agrícolas. Sua mão de obra foi explorada de maneira intensiva e cruel, constituindo a base do sistema produtivo e gerando riqueza para a elite colonial (Ribeiro, 1995, p. 161). A partir dessa exploração, surge uma hierarquia social e racial que se refletiu em todas as esferas da sociedade brasileira.

Mesmo no contexto de dominação, transfiguração étnica e desculturação (termo de suma importância na obra que aqui se discute e que será abordado de

maneira pormenorizada em seção própria), os escravizados conseguiram preservar traços de suas tradições, religiões e expressões artísticas, recriando-as no contexto da diáspora africana no Brasil.

A cultura afro-brasileira, forjada nesse contexto de resistência (exercida dentro de um contexto sociopolítico bastante desfavorável, como se verá adiante) e mistura, é um dos pilares fundamentais da identidade nacional brasileira e permeia, até os dias de hoje, a música, a dança, a culinária e muitos outros aspectos da cultura brasileira.

Não significa dizer, no entanto, que Darcy Ribeiro ignora o fato de que a herança da escravidão ainda se faz presente no Brasil. As desigualdades sociais e raciais que persistem hoje são reflexos diretos desse passado, exigindo uma contínua luta por justiça e igualdade. À todo momento nosso autor ressalva que valorizar o papel dos negros escravizados na formação da identidade nacional brasileira é um passo importante para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

1. Negação das identidades e miscigenação na formação da identidade brasileira

Ao destacar a miscigenação como um elemento central na formação do povo brasileiro, Darcy Ribeiro nos convida a refletir sobre a complexidade e a diversidade da identidade nacional. O encontro, forçado pela ânsia europeia em atender seu mercado interno e gerar lucro, de negros, índios e portugueses para trabalhar nas plantações ou nas minas acabou por formar um povo único, uma sociedade plural e heterogênea (Ribeiro, 1995, p. 93).

O encontro de identidades étnicas individuais, tão diferentes entre si, é necessário dizer, não descambaram para conflitos multiétnicos, tal como ocorreu na

Espanha ou na Guatemala, conforme ressalva Ribeiro. Pelo contrário, mesmo que diversos povos tenham sido “enquadrados em um território próprio para nele viver seu destino”, os brasileiros se integraram em uma única etnia nacional, resultado da miscigenação (Ribeiro, 1995, p. 22).

Não significa dizer que Ribeiro não reconheça a resistência por parte dos índios e negros escravizados. Em *O Povo Brasileiro* a resistência é reconhecida e exortada, embora o sucesso dos movimentos esparos que surgiram no Brasil colônia tenha sido prejudicada pelas medidas eficazes de repressão dos colonizadores e, depois, do governo geral.

Foi o cunhadismo inerente à cultura dos povos que aqui habitavam que possibilitou o controle do colonizador sobre o indígena. Consistia essa instituição social na prática de promover casamentos entre europeus e moças indígenas, de modo que, nos termos da cultura indígena local, estabeleciam-se laços que aparentavam o europeu com todos os membros da comunidade.

Como cada europeu posto na costa podia fazer muitíssimos desses casamentos, a instituição funcionava como uma forma vasta e eficaz de recrutamento de mão-de-obra para os trabalhos pesados de cortar paus-de-tinta, transportar e carregar para os navios, de caçar e amestrar papagaios e soíns. (...) Os Índios não queriam outra coisa porque, encantados com as riquezas que o europeu podia trazer nos navios, o usavam para se prover de bens preciosíssimos que se tornaram logo indispensáveis, como as ferramentas de metal, espelhos e adornos. Quando ficaram bem providos dessas mercadorias, outras lhes foram ofertadas (Ribeiro, 1995, p. 82).

O brasilíndio, nem indígena nem português, é o produto do cunhadismo; uma ambiguidade, nos dizeres de Ribeiro. Incapaz de se identificar com seus ancestrais, que o rejeitavam, ou como pai europeu, que o escravizava, o brasilíndio

se vê em um limbo de desalento³. Esse novo sujeito étnico é, para Ribeiro, o primeiro traço do protobrasileiro, cuja principal característica é o não reconhecimento de si na comunidade em que se insere (Ribeiro, 1995, p. 267).

A escravidão indígena predominou, às custas do cunhadismo, durante todo o primeiro século de colonização, tendo sido substituída no século XVI pela escravidão negra⁴. Para Ribeiro, a identidade étnico-cultural brasileira só pode ser assim entendida à medida que a protobrasiliande do brasilíndio se miscigenou com os descendentes dos africanos desafricanizados pela escravidão.

Nina Rodrigues distingue três grandes grupos culturais de africanos escravizados, nativos da costa ocidental

O brasilíndio, nem indígena nem português, é o produto do cunhadismo; uma ambigüidade, nos dizeres de Ribeiro. Incapaz de se identificar com seus ancestrais, que o rejeitavam, ou como pai europeu, que o escravizava, o brasilíndio se vê em um limbo de desalento.

Esse novo sujeito étnico é, para Ribeiro, o primeiro traço do protobrasileiro, cuja principal característica é o não reconhecimento de si na comunidade em que se insere (Ribeiro, 1995, p. 267).

³ Hugo Rezende Henriques explica a rejeição paterna e materna sofrida pelo brasilíndio: “Nascido do encontro, frequentemente marcado pela violência, do homem português com a mulher indígena, o rebento fruto de tal união não seria reconhecido nem como europeu pelo genitor português, nem como pertencente à cultura materna, vez que as culturas originárias brasileiras em geral não reconheciam como próprio de sua comunidade os sujeitos nascidos de pai externo à própria comunidade”. (HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)? Revista de Ciências do Estado, Belo Horizonte, Vol. 8, N. 1, 2023, p. 8.)

⁴ Nosso autor explica que “nenhum colono pôs jamais em dúvida a utilidade da mão-de-obra indígena, embora preferisse a escravatura negra para a produção mercantil de exportação. O índio era tido, ao contrário, como um trabalhador ideal para transportar cargas ou pessoas por terras e por águas, para o cultivo de gêneros e o preparo de alimento, para a caça e a pesca. Seu papel foi também preponderante nas guerras aos outros Índios e aos negros quilombolas” (Ribeiro, 1995, p. 99). Não significa, portanto, que a substituição do indígena pelo negro tenha sido total, abolindo-se, assim, a escravidão indígena. O índio cativo, preterido nas atividades dedicadas à economia da exportação, foi designado para realizar qualquer tipo de trabalho manual. Na explicação de Ribeiro: “Milhares de índios foram incorporados por essa via à sociedade colonial. Incorporados não para se integrarem nela na qualidade de membros, mas para serem desgastados até a morte, servindo como bestas de carga a quem deles se apropriava. Assim foi ao longo dos séculos, uma vez que cada frente de expansão que se abria sobre uma área nova, deparando lá com tribos arredias, fazia delas imediatamente um manancial de trabalhadores cativos e de mulheres capturadas para o trabalho agrícola, para a gestação de crianças e para o cativo doméstico”. (Ribeiro, 1995, p. 100)

africana, que desembarcaram no Brasil durante a escravidão: os Yoruba (chamados nagô), os Dahomey (chamados gegê) e os Fanti-Ashanti (chamados mircas) (Rodrigues, 1945). A uniformidade racial dos negros que foram trazidos ao Brasil, no entanto, não correspondeu a uma unidade linguístico-cultural. Essa diferença, somada aos conflitos já existentes entre as etnias enquanto ainda não haviam sido escravizados, foi utilizada pelos portugueses como fator de discórdia, desmotivação de lutas de resistência a manutenção das culturas de origem.

A diversidade linguística e cultural dos contingentes negros introduzidos no Brasil, somada a essas hostilidades recíprocas que eles traziam da África e à política de evitar a concentração de escravos oriundos de uma mesma etnia, nas mesmas propriedades, e até nos mesmos navios negreiros, impediu a formação de núcleos solidários que retivessem o patrimônio cultural africano (Ribeiro, 1995, p. 115).

Dispersos em terras brasileiras, não reconhecendo no outro escravo, “igual na raça, mas diferente na língua e na identificação tribal” (Ribeiro, 1995, p. 115), os negros escravizados foram compelidos a se incorporar passivamente na célula Brasilíndia que aqui se formava. O filho do escravizado traficado, racialmente puro ou mestiçado, ciente de que não era africano, posto que nascido em terras estranhas, de que também não era branco, que o escravizava, tampouco índio, “se sentia desafiado a sair da ninguentade, construindo sua identidade” (Ribeiro, 1995, p. 131).

A identidade brasileira em Darcy Ribeiro é, portanto, é fruto da negação da identidade do miscigenado, que não via em si o espelho de suas origens. Confortando oposições é que o miscigenado, fruto da interação entre indígenas, negros e europeus, elaborou sua própria imagem e foi, aos poucos, tomando consciência da formação de uma nova identidade étnico-cultural. É na negação e na carência de identificação com as identidades postas, que o miscigenado “via-se

condenado à pretensão de ser o que não era nem existia: o brasileiro” (Ribeiro, 1995, p. 128).

O primeiro brasileiro de Darcy Ribeiro surge quando o sujeito, consciente de si, não se vê como oriunda de certa tribo indígena ou africana, tampouco membro da elite colonial, mas sim como estranho a isso tudo, misto de todas essas etnias. A anulação das identificações étnicas do miscigenado, que não se identificava como índio, africano ou europeu, formou a identidade brasileira.

Interessante notar que o surgimento da identidade étnica brasileira, na sociologia de Darcy Ribeiro, contrasta com a visão do antropólogo norueguês Fredrik Barth, para quem a identidade de um povo surge da interação com o outro. Ribeiro não afasta a importância da interação, mas atribui à *exclusão* o fator propulsor da miscigenação que formou a identidade brasileira (Barth, 2000, p. 32). O novo sujeito nascido em terras brasileiras, miscigenado e desenraizado, na carência de se livrar do status de não-índio, não-branco e não-português se vê obrigado (Giarola, 2012, p. 137) a criar o povo brasileiro.

Ao nosso ver, a formação da identidade brasileira explicada por Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro* se aproxima mais de Stuart Hall, que, em seus estudos sobre identidade e pós-colonialismo, oferece uma perspectiva relevante para entender a formação das identidades étnicas. Hall destaca que as identidades são construídas em contextos históricos e sociais, e são influenciadas por relações de poder⁵ e processos de *discriminação* — o que se aproxima à noção de exclusão em Darcy Ribeiro (Hall, 2006, p. 86).

Fechado o parêntese aberto nos dois parágrafos anteriores, importa mencionar que, embora reconheça o papel do imigrante e do próprio português na

⁵ Não escapa a Darcy Ribeiro o fato de que nos conflitos raciais também se encontram componentes classistas: “Uma terceira modalidade de conflitos que envolvem as populações brasileiras é de caráter fundamentalmente classista. Aqui se enfrentam, de um lado, os privilegiados proprietários de terras, de bens de produção, que são predominantemente brancos, e de outro lado, as grandes massas de trabalhadores, estas majoritariamente mestiças ou negras.” (Ribeiro, 1995, p. 174).

formação dessa identidade nacional, Ribeiro não deixa de exortar o papel de negros e índios. O europeu, dada as condições em que chegaram em terras brasileiras, foram plenamente capazes de preservar sua identidade étnica, a qual “veio perfeitamente definida da Europa”. Por mais que tenha havido miscigenação do povo brasileiro em formação com o imigrante, este foi mais transformado por aquele do que o contrário⁶. Os povos escravizados, ao contrário, tiveram sua identidade cerceada e se viram obrigados a redefini-la (Ribeiro, 1995, p. 126). A leitura de *O Povo Brasileiro* nos leva a crer que Ribeiro atribui a essas raças o *tempero* necessário para tornar a identidade brasileira tão única e multifacetada.

No Brasil, de índios e negros, a obra colonial de Portugal foi também radical. Seu produto verdadeiro não foram os ouros afanosamente buscados e achados, nem as mercadorias produzidas e exportadas. Nem mesmo o que tantas riquezas permitiram erguer no Velho Mundo. Seu produto real foi um povo-nação, aqui plasmado principalmente pela mestiçagem, que se multiplica prodigiosamente como uma morena humanidade em flor, à espera do seu destino. Claro destino, singelo, de simplesmente ser, entre os povos, e de existir para si mesmos (Ribeiro, 1995, p. 68).

A escrita de Darcy Ribeiro soa poética mesmo quando se dedica a abordar temática tão repulsiva quanto a opressão sofrida pelos negros escravizados. Não significa, por suposto, que nosso autor não reconheça que a miscigenação não apaga as desigualdades raciais existentes na sociedade brasileira.

Ao analisar o papel da miscigenação na formação do povo brasileiro, é fundamental reconhecer a complexidade desse processo. Mesmo com a miscigenação, a herança do racismo estrutural persiste, manifestando-se em disparidades socioeconômicas e em formas de discriminação (Ribeiro, 1995, p. 23).

⁶ Ribeiro explica que “no Brasil, encontrando uma sociedade já formada e etnicamente integrada, apenas afetou seu destino, assimilando quase toda essa massa imigrante, transformando-se mais os recém-vindos do que os que aqui viviam. Através de todas essas instâncias, o povo brasileiro acabou por conformar-se como uma configuração histórico-cultural única e diferenciada de todas as outras” (Ribeiro, 1995, p. 259).

Á todo momento, nas quatrocentas e cinquenta cinco páginas de *O Povo Brasileiro*, Darcy Ribeiro ressalta que a luta por igualdade racial continuava (e continua) sendo um desafio fundamental para a consolidação de uma identidade nacional brasileira mais justa e inclusiva.

2. Desculturação e transfiguração étnica do negro escravizado

A miscigenação no Brasil não ocorreu de forma pacífica ou igualitária. Pelo contrário, trata-se de um processo profundamente marcado pela escravidão, pelo racismo e pela desigualdade social, o que resultou em estruturas de poder e privilégios baseados na cor da pele. Absurdo seria concluir que a miscigenação,

A miscigenação no Brasil não ocorreu de forma pacífica ou igualitária. Pelo contrário, trata-se de um processo profundamente marcado pela escravidão, pelo racismo e pela desigualdade social, o que resultou em estruturas de poder e privilégios baseados na cor da pele

formadora de uma identidade étnico-cultural tão rico quanto a brasileira, tenha sido produto de uma interação pacífica.

Darcy Ribeiro sustenta duas práticas, que embora violentas e repugnantes, permitiram a miscigenação e, por conseguinte, a formação da

identidade nacional brasileira. Trata-se da desculturação e da transição étnica. Dentre as duas, começaremos abordando a última.

Ribeiro explica que "transfiguração étnica é o processo através do qual os povos, enquanto entidades culturais, nascem, se transformam e morrem" (Ribeiro, 1995, p. 257). Um capítulo de *O Povo Brasileiro* é dedicado a apresentar uma análise profunda das quatro instâncias básicas da transfiguração étnica no Brasil, as quais

são fundamentais para compreender a complexidade da formação do povo brasileiro e sua identidade étnica e cultural.

Transfiguração biótica, primeira instância explicada por Ribeiro, é aquela gerada pela interação do homem com outras forças vivas, o que altera a composição biológica daquele. A segunda instância, transfiguração ecológica, é aquela em que os seres vivos, ao coexistirem e interagirem, afetam-se uns aos outros em sua forma física. A transfiguração econômica, gerada não pela interação, mas pela exclusão, é aquela que,

convertendo uma população em condição material de outra, em prejuízo de si própria, pode levá-la ao extermínio. É o caso da escravidão pessoal, que, desgarrando uma pessoa do seu contexto vital para convertê-la em mera de força de trabalho a serviço de outra, causa enorme desgaste humano (Ribeiro, 1995, p. 257).

A última instância da transfiguração é a psicocultural, por meio da qual uma população é subjugada por outra, retirando-lhe o desejo de viver e de preservar sua própria identidade. Nos cinco séculos de formação do povo brasileiro, processo que ainda se mantém, ocorreram sucessivas transfigurações, tanto biótica, quanto ecológica, econômica e psicocultural. Ribeiro esclarece, todavia, que as transfigurações ocorreram preservando a configuração do povo novo, tomando como base as protocélulas Brasilíndias.

O negro traficado, ao desembarcar do navio negreiro, encontrou a protocélula Brasilíndia já constituída e, nela, aprendeu a viver, "fumando longos cigarros de tabaco e bebendo cauim" (RIBEIRO, 1995, p. 114). Ribeiro aponta que, devido à exclusão sofrida pelo negro, seu papel de agente cultural foi mais passivo do que ativo. O que não significa, claro, que essa passividade não tenha, aos poucos, transformado a protocélula Brasilíndia naquilo que conhecemos hoje como povo brasileiro. Por meio das ordens que lhes gritavam os capatazes, os escravizados

aprenderam o português, língua que utilizaram para comunicar-se entre si, mesmo com etnias originárias distintas (Ribeiro, 1995, p. 115).

Nas regiões onde mais se concentraram, nordeste açucareiro, sudeste cafeeiro e nas zonas de mineração no centro e sudeste do país, os escravizados, africanizavam o Brasil à medida que se aportuguesavam. O negro difundia a língua do colonizador, ensinando-a aos escravizados recém-chegados, bem como as técnicas de trabalho, os hábitos alimentares e os valores da cultura em formação naquelas regiões.

Submetido à transfiguração forçada de sua essência, o africano escravizado, dominado e subjugado, foi sendo desculturado pela erradicação de sua cultura (Ribeiro, 1995, p. 116). Não vivia o negro escravizado para se expressar com autonomia, mas era guiado por vontades e motivações externas. A deculturação foi uma estratégia cruel empregada pelos colonizadores brancos com o objetivo de enfraquecer a resistência dos escravizados e consolidar o poder opressor. As práticas culturais africanas foram marginalizadas, proibidas e consideradas inferiores, como parte de uma estrutura de dominação racial. A desculturação é uma prática de *governança* empreendida pelo colonizador na empresa Brasil, cujo objetivo era justamente inviabilizar qualquer possibilidade de formação de um povo autônomo (Giarola, 2012, p. 133).

A língua, os costumes, a religião e outras formas de expressão cultural dos negros foram subjugados e reprimidos, muitas vezes com violência física e psicológica. O intuito era apagar suas raízes, sua história e sua identidade cultural, impondo-lhes uma visão de mundo eurocêntrica e branca. Essa negação cultural contribuiu para a perpetuação do sistema escravista, tornando o negro escravizado um ser desprovido de humanidade e dignidade.

As quatro instâncias da transfiguração que pressionavam o negro escravizado, todavia, não lhe impedia de reconstituir suas virtualidades de ser

cultural. Ribeiro sustenta a posição de que, apesar da exclusão e da opressão, o escravizado

Consegue, ainda assim, exercer influência, seja emprestando dengues ao falar lusitano, seja impregnando todo o seu contexto com o pouco que pôde preservar da herança cultural africana. Como esta não podia expressar-se nas formas de adaptação - por diferir, consideravelmente, no plano ecológico e tecnológico, dos modos de prover a subsistência na África -, nem tampouco nos modos de associação - por estarem rigidamente prescritos pela estrutura da colônia como sociedade estratificada, a que se incorporava na condição de escravo -, sobreviveria principalmente no plano ideológico, porque ele era mais recôndito e próprio. Quer dizer, nas crenças religiosas e nas práticas mágicas, a que o negro se apegava no esforço ingente por consolar-se do seu destino e para controlar as ameaças do mundo azaroso em que submergira (Ribeiro, 1995, p. 116).

Darcy Ribeiro lança um olhar crítico sobre a desculturação do negro escravizado, evidenciando as estratégias de supressão cultural empregadas durante a escravidão. No entanto, a resistência cultural dos escravizados, aliada à sua resiliência, permitiu a preservação e a recriação de uma identidade afro-brasileira que contribuiu significativamente para a diversidade cultural do país.

3. Entre a passividade e resistência — a contribuição do negro escravizado na formação da identidade brasileira

A desculturação é o fenômeno utilizado pelo colonizador para possibilitar a transfiguração étnica. Perseguindo a erradicação da cultura africana no território que se erigia o Brasil, o colonizador buscou suprimir qualquer espécie de manifestação cultural dos povos dominados por ele. No entanto, o resultado principal do esforço discriminatório foi permitir a formação de uma nova identidade cultural, um povo novo.

Apesar dos esforços sistemáticos para desculturar e transfigurar os escravizados, é importante ressaltar que a resistência cultural foi uma constante ao longo da história. Mesmo nas condições adversas da escravidão, os negros encontraram maneiras de preservar e transmitir suas tradições de forma subversiva e resiliente.

O Povo Brasileiro é uma obra que destaca a importância de compreender e valorizar as contribuições culturais do negro escravizado para a formação da identidade nacional brasileira.

A cultura afro-brasileira, construída a partir da luta e da resistência dos escravizados, permeia diversos aspectos da sociedade brasileira, como a música, a dança, a culinária, as festas populares e as expressões artísticas.



Durante o regime escravista, os negros escravizados foram submetidos a uma sistemática negação de sua cultura, tradições e formas de expressão.

Práticas religiosas como o candomblé e a umbanda, por exemplo, são expressões vivas dessa resistência cultural que floresceu no contexto da diáspora africana no Brasil. Como já mencionado, para Ribeiro, o negro escravizado manteve resquícios de sua cultura no plano ideológico, nas crenças religiosas e nas práticas mágicas. Até hoje, em Salvador, Recife, São Luís e Rio de Janeiro, o candomblé, o xangô e a macumba constituem grandes centros de prática religiosa das populações negras brasileiras.

Não significa que as religiões de matriz africana se mantiveram incólumes. Essas religiões foram tão catequesitadas quanto o catolicismo foi africanizado. As crenças africanas, associadas às crenças indígenas, modificaram a fisionomia cultural

do catolicismo, tornando-o muito mais popular e discrepante de “qualquer das heresias cristãs tão perseguidas em Portugal” (Ribeiro, 1995, p. 117).

A passividade a que Darcy Ribeiro se refere quando explora o papel do negro na formação da identidade nacional não implica na languidez ou na apatia do povo escravizado. Pelo contrário, nosso autor exorta, parágrafo sim parágrafo não, a resiliência e a esperança do povo escravizado, a exemplo:

O espantoso é que os índios como os pretos, postos nesse engenho deculturativo, consigam permanecer humanos. Só o conseguem, porém, mediante um esforço inaudito de auto-reconstrução no fluxo do seu processo de desfazimento. Não têm outra saída, entretanto, uma vez que da condição de escravo só se sai pela porta da morte ou da fuga (Ribeiro, 1995, p. 118).

A fuga do escravizado possui papel de destaque em *O Povo Brasileiro*, posto que a esperança de liberdade é a principal ferramenta da rebeldia negra. A fuga trazia consigo a esperança da reconstituição da vida em liberdade nos quilombos, comunidades solidárias que se espalharam Brasil a fora. Palmares, o principal quilombo do Brasil, é a representação histórica da resistência e do conflito inter-racial. Nessas comunidades, o negro escravizado, desculturado ou em processo de desculturação encontrava seu destino de liberdade, embora tivesse que lidar com a ambiguidade de, mesmo entre seus irmãos de raça, não conseguir reconstituir sua expressão cultural e as formas de vida africanas (Ribeiro, 1995, p. 220).

De todo modo, a resiliência do negro escravizado impediu que a cultura negra “se descole de sua tecedura original, cujo urdume ameaçava esgarçar-se a chicote, sob a pressão dos pelourinhos” (Santos, 2023). Cada leva de negros traficados que desembarcava do navio negreiro trazia consigo o substrato da cultura africana, e, embora o esforço impellido pelo colonizador na desculturação, os haulás,

jêges e nagôs, dentre outros, mantiveram escondido no recôndito de sua alma a consciência da liberdade que gestou a Revolução dos Malês (Santos, 2023).

Ademir Barros dos Santos, ao reconhecer que Darcy Ribeiro, ao contrário de outros pensadores como Otavio Ianni e Nina Rodrigues, enxerga o negro escravizado como participante ativo no processo de formação do povo brasileiro, faz uma crítica pertinente à obra que aqui se discute. Para Santos, a prática de desculturação e a transfiguração étnica empenhada pelas elites não foi aceita de forma passiva pelo negro escravizado. O autor ressalva que o africano escravizado

sujeito à inevitável desmontagem cultural da terra estranha, socorre a própria instituição do tráfico negreiro – de onde advém a reposição constante dos costumes originais, durante o longo período de três séculos que a escravidão durou: são os negreiros que, inconscientemente, ao trazer escravos novos, lastreiam constantemente a cultura negra (Santos, 2023).

Ribeiro, todavia, já havia antecipado essa crítica, de forma que, no seu ponto de vista, a passividade se sobrepunha à brava resistência do negro escravizado. Isso, porque escravizado continuava inserido numa sociedade que lhe era desfavorável, cujos aparatos de repressão permaneciam nas mãos das elites dominantes:

Enquanto escravos, porém, eles constituíam a única força oposta ao sistema que, exercendo uma ação subversiva constante, exigia a reação permanente de um aparato repressivo. Sendo, entretanto, incapazes de destruí-lo, seja para restaurar formas arcaicas de existência, já inviáveis, seja para implantar precocemente uma formação econômico-social mais solidária, coexistiam conflitivamente, reproduzindo-se tal qual eram. O negro, mesmo quando escapava do engenho para acoitar-se nos quilombos, continuava simbioticamente relacionado com a sociedade com a qual estava em guerra, na qual se formara e da qual dependia para prover-se de elementos que se tornaram indispensáveis à sua

existência, como as ferramentas, o sal e a pólvora (Ribeiro, 1995, p. 276).

Santos e Ribeiro concordam, no entanto, que, além dos valores espirituais, os negros escravizados mantiveram, também, seus ritmos e sons, passados de geração em geração, na medida do possível, do negro traficado a seus descontentes. Interessante ponderação de Ribeiro é a de que o negro escravizado aproveita cada oportunidade para expressar seu valor, o que o faz com maestria em todos os campos que não se exige escolaridade. O negro liberto, ao seu turno,

participando biológica e socialmente do mundo branco, pode acercar-se melhor de sua cultura erudita e nos deu algumas das figuras mais dignas e cultas que tivemos nas letras, nas artes e na política. Entre eles, o artista Aleijadinho; o escritor Machado de Assis; o jurista Rui Barbosa; o compositor José Maurício; o poeta Cruz e Sousa; o tribuno Luís Gama; como políticos, os irmãos Mangabeira e Nelson Carneiro; e, como intelectuais, Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos.

É o escravizado (e o negro já liberto), para Ribeiro, que constituiu o componente mais criativo da cultura brasileira, sendo pilar de uma das mais fortes formas de expressão da identidade nacional: a música popular. O mesmo se aplica aos saberes e gostos culinários, posto que há certa semelhança entre os ingredientes encontrados na costa brasileira e na costa ocidental africana, onde grande parte dos escravizados foram aprisionados (Ribeiro, 1995, p. 127).

Resta claro em *O Povo Brasileiro* a visão de Darcy Ribeiro no sentido de que a contribuição do escravizado e negro liberto para a formação da identidade e da cultura brasileira não é devidamente reconhecida pela sociedade. Essa imensurável contribuição é pouco conhecida pelos brasileiros – dentre eles, o autor deste texto – e, em alguns ciclos, chega a ser marginalizada e tratada como uma

espécie de subcultura. Darcy já denunciava tal injustiça em 1995, data da primeira publicação de *O Povo Brasileiro*:

51

A nação brasileira (...) nunca fez nada pela massa negra que a construiu. Negou-lhe a posse de qualquer pedaço de terra para viver e cultivar, de escolas em que pudesse educar seus filhos, e de qualquer ordem de assistência. Só lhes deu, sobejamente, discriminação e repressão. Grande parte desses negros dirigiu-se às cidades, onde encontrava um ambiente de convivência social menos hostil. Constituíram, originalmente, os chamados bairros africanos, que deram lugar às favelas. Desde então, elas vêm se multiplicando, como a solução que o pobre encontra para morar e conviver. Sempre debaixo da permanente ameaça de serem erradicados e expulsos (Ribeiro, 1995, p. 223).

A valorização e a preservação da cultura afro-brasileira são alicerces essenciais na busca por justiça social, igualdade e no enfrentamento ao racismo estrutural. O trabalho de Darcy Ribeiro destaca a importância de compreender e valorizar as contribuições culturais do negro escravizado para a formação da identidade nacional brasileira. A resiliência cultural dos escravizados, mesmo diante da opressão e da violência, permitiu a preservação e a recriação de uma identidade afro-brasileira que contribuiu significativamente para a diversidade cultural do país.

Considerações finais

A instância da miscigenação cultural, conforme descrita por Darcy Ribeiro em *O Povo Brasileiro*, refere-se à fusão de tradições culturais trazidas pelos diferentes grupos étnicos que contribuíram para a formação do povo brasileiro. No Brasil, essas tradições se entrelaçaram e se fundiram ao longo do tempo, dando origem a uma cultura única e diversificada.

A mestiçagem cultural no Brasil pode ser observada em diversas manifestações artísticas e literárias. A música, por exemplo, é um exemplo emblemático dessa fusão cultural, com gêneros como o samba, o choro e a bossa nova que combinam elementos africanos, indígenas e europeus. Na literatura, escritores brasileiros têm explorado essa mistura de influências em suas obras, criando uma narrativa literária singular e representativa da identidade brasileira.

A religiosidade no Brasil também reflete a miscigenação cultural. O sincretismo religioso, que combina elementos de religiões africanas, indígenas e catolicismo, é uma

A valorização e a preservação da cultura afro-brasileira são alicerces essenciais na busca por justiça social, igualdade e no enfrentamento ao racismo estrutural. O trabalho de Darcy Ribeiro destaca a importância de compreender e valorizar as contribuições culturais do negro escravizado para a formação da identidade nacional brasileira.

expressão marcante dessa fusão. Exemplos notáveis incluem o candomblé, a umbanda e a festa de São João, que incorporam práticas e crenças de diferentes tradições religiosas.

A língua portuguesa, trazida pelos colonizadores, também passou por um processo de mestiçagem cultural no Brasil. Através da interação com outras línguas, principalmente as línguas indígenas e africanas, desenvolveram-se variedades linguísticas únicas, como o dialeto caipira, o dialeto baiano e o dialeto afro-brasileiro.

Essa rica amálgama cultura, no entanto, foi gerada às custas de um processo violento de escravidão e supressão das identidades originárias dos povos indígenas e dos negros africanos. Ciente da contribuição indígena nessa identidade cultural, este texto optou por abordar, de forma pormenorizada, a contribuição do escravizado africano.

Foi abordado o processo violento e desumano e de desculturação, e posterior transição étnica, dos escravizados africanos. Os escravizados foram forçados a reduzir drasticamente a expressão de suas línguas, religiões e costumes e a adotar os valores e costumes dos colonizadores europeus. No entanto, apesar dessa violência cultural, os escravizados conseguiram preservar alguns elementos de sua cultura africana, que se mesclaram com a cultura em formação do brasilíndio, emprestando tempero, cheiro, vida, movimento (Santos, 2023) a esta.

Reconhecer a desculturação imposta ao negro escravizado é fundamental para compreender as profundas desigualdades sociais e raciais que ainda persistem no Brasil contemporâneo. A valorização e a preservação da cultura afro-brasileira são alicerces essenciais na busca por justiça social, igualdade e no enfrentamento ao racismo estrutural.

O reconhecimento exige a superação da exclusão, que outrora contribuiu para a formação da identidade nacional, mas que, hoje, possibilita a manutenção

das profundas desigualdades sociais e raciais que ainda persistem no Brasil contemporâneo. A exclusão deve ser superada pela identificação, isto é, o reconhecimento de que nossa identidade é resultado da combinação de matrizes culturais diversas. É necessário ler, e compreender, Darcy Ribeiro.

Todos nós, brasileiros, somos carne da carne daqueles pretos e índios supliciados. Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. À doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e a gente insensível e brutal, que também somos. Descendentes de escravos e de senhores de escravos seremos sempre servos da malignidade destilada e instalada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício da brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas em pasto de nossa fúria (Ribeiro, 1995, p. 120).

Referências

BARTH, Fredrik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2000.

GIAROLA, Flávio Raimundo. O povo novo brasileiro: mestiçagem e identidade no pensamento de Darcy Ribeiro. **Revista Tempo e Argumento**, vol. 4, núm. 1, pp. 127-140, 2012.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade Stuart Hall**; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro-11. ed. -Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HENRIQUES, Hugo Rezende. Brasil para que(m)? **Revista de Ciências do Estado**, Belo Horizonte, Vol. 8, N. 1, 2023.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro**. A formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RODRIGUES, Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

SANTOS, Ademir Barros dos. **O negro em “O Povo Brasileiro”**, de Darcy Ribeiro. Por Dentro da África, 2018. Disponível em:
<https://www.pordentrodaafrica.com/cultura/o-negro-do-darcy-o-negro-em-o-povo-brasileiro-darcy>. Acesso em 25 de junho de 2023.